

SUMÁRIO

Apresentação	11
Prefácio	13
A consensualidade na etapa de fiscalização e os desafios da redução da litigiosidade	15
<i>Thais Folgosi Françoso</i>	
<i>Carlos Eduardo Borghi Pla</i>	
1 Introdução	15
2 <i>Cooperative compliance</i> e a experiência internacional	17
3 O avanço do <i>compliance</i> cooperativo no Brasil	21
4 Conclusões: perspectivas da relação fisco-contribuinte no Brasil	25
Um passeio no bosque da consulta tributária	29
<i>Pilar Coutinho Elói</i>	
<i>Lívia Lucca</i>	
<i>Gabriel Almeida Viana</i>	
1 Introdução	29
2 O que é consulta?	30
3 Procedimento ou processo?	32
4 Pressupostos da consulta	33
5 Limitação da solução de consulta perante as diversas competências tributárias	36
6 Efeitos da consulta: eficaz e ineficaz	37
6.1 Consulta eficaz	38
6.2 Consulta ineficaz: há exceções	40
7 Vinculação da solução de consulta	41
8 Consulta x denúncia espontânea	44
9 A judicialização	45
10 Críticas: possíveis melhoras e inspirações	46
11 Conclusão	49
12 Referências	49

Arbitragem tributária	51
<i>José Eduardo Tellini Toledo</i>	
1 Introdução	51
2 Da lei de arbitragem brasileira	52
3 Dos projetos de lei da arbitragem tributária – sua evolução	53
4 Conclusão	62
5 Referências	62
Mediação tributária: o que podemos esperar em caso da aprovação do Projeto de Lei Federal n. 2.485/2022?	65
<i>Gisele Barra Bossa</i>	
<i>Lucas André Viegas Carvalho de Siqueira</i>	
1 Considerações iniciais	65
2 A delimitação legislativa em matéria de mediação tributária	72
3 A experiência empírica da Lei Municipal n. 13.028/2022: o que esperar do Projeto de Lei Federal n. 2.485/2022?	76
4 Conclusões	88
5 Referências	93
Mediação para solução de conflitos tributários: aspectos atuais e prognóstico	99
<i>Ariane Costa Guimarães</i>	
1 O contexto litigioso no Brasil e a mediação	99
2 Mediação: conceitos jurídicos e fundamentos de validade	102
3 Os fundamentos normativos para a mediação	103
4 A iminência da mediação para as relações tributárias: o PL 2.485/2022 e experiências pontuais na Federação	107
5 Referências	110

Negócio jurídico processual em matéria tributária	111
<i>Eduardo Muniz Machado Cavalcanti</i>	
1 Introdução	111
2 O Negócio Jurídico Processual (NJP) e a evolução no Código de Processo Civil	112
3 Parâmetros e limites do negócio processual jurídico junto à administração pública	115
4 Tratamento do instrumento NJP pela PGFN	117
5 Análise de NJPs firmados pela PGFN	120
5.1 NJP da Mediterrânea Distribuidora de Bebidas Ltda – em recuperação judicial; Atlântica Distribuidora de Bebidas Ltda – em recuperação judicial; e Atlântica News Distribuidora de Bebidas Ltda – em recuperação judicial	121
5.2 NJP da Mercofricon S/A	123
6 Considerações finais	124
7 Referências	124
Soluções consensuais no cumprimento de sentença contra a Fazenda Nacional	127
<i>Mary Elbe Queiroz</i>	
<i>Antonio Carlos de Souza Júnior</i>	
Introdução	127
1 O direito tributário e a institucionalização da consensualidade	128
2 Resolução de conflitos no cumprimento de sentença contra a Fazenda Nacional	135
Conclusão	144
Referências	144
As medidas de <i>compliance</i> tributário como incentivo à redução do contencioso tributário: o caso do Programa Confia	147
<i>Alexandre Evaristo Pinto</i>	
<i>Fabio Pereira da Silva</i>	
1 Introdução	147
2 Das normas tributárias como normas de rejeição social	148
3 Das políticas estatais para observância das normas de rejeição social	151
4 Paradigma do crime <i>versus</i> paradigma do serviço	153
5 Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal (Confia)	157
6 Conclusões	162
7 Referências	162

O Programa Confia e sua inserção na conjuntura consensual da Receita Federal do Brasil	165
<i>Andréa Duek Simantob</i>	
1 Introdução	165
2 Administração pública consensual e o processo administrativo tributário	166
3 Instrumentos de consensualidade no âmbito da Receita Federal	171
4 O <i>compliance</i> cooperativo e o Programa Confia	172
4.1 Os Programas OEA e Sintonia	174
4.2 Fóruns de Diálogo	175
4.3 Desafios e limites da consensualidade e do Programa Confia: <i>overcompliance</i> e <i>enforcement</i>	176
5 Conclusão	179
6 Referências	180
O uso de precatórios como alternativa para a resolução de conflitos tributários	183
<i>Daniel Corrêa Szelbracikowski</i>	
<i>Gabriela Gonçalves Barbosa</i>	
1 Introdução	183
2 Precatório: breve esboço histórico e normativo	183
3 A utilização de créditos oriundos de precatório como forma de extinção de créditos tributários pela compensação	189
4 A utilização de créditos oriundos de precatórios para pagamento ou amortização de dívidas tributárias em transação resolutiva de litígio	192
5 Considerações finais	198
6 Referências	199
A transação tributária e a teoria dos jogos	201
<i>Ricson Moreira</i>	
1 Introdução	201
2 Do manicômio tributário brasileiro sob a perspectiva dos contribuintes	203
3 Da transação tributária e da teoria dos jogos	206
4 Conclusão	209
5 Referências	209

Transação tributária – aspectos controvertidos	211
<i>Igor Nascimento de Souza</i>	
<i>Francisco Leocádio Ribeiro Coutinho Neto</i>	
<i>Erica K. Akamine</i>	
1 Introdução à transação em matéria tributária	211
1.1 Modalidade de transação perante a Receita Federal do Brasil	214
1.1.1 Portaria RFB n. 208/2022	214
1.1.2 Portaria RFB n. 247/2022	220
1.2 Transação no âmbito da PGFN	223
2 Concessão de descontos x capacidade de pagamento	226
3 Tributação do desconto obtido	228
4 Conclusão	234
Transação paulista: histórico, evolução e uma avaliação crítica	237
<i>Andréa Mascitto</i>	
1 Introdução	237
2 Histórico “macro” do instituto da transação	239
3 Desenvolvimento do instituto da transação no Estado de São Paulo	240
4 Evolução e <i>status</i> do instituto da transação no Estado de São Paulo	241
4.1 A nova lei de 2023	242
4.2 A recente regulamentação da nova transação estadual da dívida ativa de São Paulo	243
4.3 A primeira transação de contencioso de relevante e disseminada controvérsia no Estado de São Paulo	248
5 Considerações finais	249